

ceg

gasNatural  
fenosa 



# INFORME ANUAL **2012**

# 2012

## Informe Anual

ceg

gasNatural   
fenosa



# Sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg	4
Mensagem do Presidente e do Country Manager	6
Conselho de Administração	8
Comitê de Direção	9
<b>1. Cenários Macroeconômico e Energético</b>	10
<b>2. Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina</b>	12
<b>3. Gas Natural Fenosa no Brasil:     870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos</b>	14
<b>4. Evolução da Atividade da Ceg</b>	16
<b>5. Atividade Comercial</b>	17
<b>6. Serviço a Clientes</b>	20
<b>7. Atividade Técnica</b>	22
<b>8. Recursos Investidos</b>	25
<b>9. Sumário Financeiro</b>	26
<b>10. Remuneração aos Acionistas</b>	28
<b>11. Financiamentos</b>	29
<b>12. Acionistas</b>	30
<b>13. Panorama Tributário</b>	31
<b>14. Auditores Independentes</b>	32
<b>15. Responsabilidade Social Corporativa</b>	33
<b>16. Relacionamento com a Sociedade</b>	36
<b>17. Demonstrações Financeiras</b>	39

# Carta do Presidente do Conselho de Administração | Ceg



## Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração

A Gas Natural Fenosa acabou de completar 170 anos de atividades. Nas últimas décadas, a companhia tornou-se uma das principais protagonistas do desenvolvimento energético não só da Espanha mas também da América Latina. No entanto, a globalização dos mercados e a crise econômica mundial criaram, em 2012, um contexto de desafio às empresas de energia. Para fazer frente a este cenário e crescer foi preciso ter capacidade de competir de forma eficiente e de se antecipar às mudanças do mercado.

A solidez financeira do Grupo, aliada à integração das suas atividades de gás e eletricidade e à contribuição cada vez mais forte dos negócios internacionais, fizeram com que a Gas Natural Fenosa superasse essas dificuldades, alcançando os objetivos traçados para 2012. E o Brasil foi um dos pilares desse resultado. O País já representa 28% dos negócios na América Latina e 7% do resultado de todo o Grupo. Os investimentos realizados no Brasil em 2012 chegaram a R\$ 206,5 milhões e a companhia já está presente em 68 municípios, com total de mais de 870 mil clientes.

Na Ceg, o ano foi de manutenção dos parâmetros. O lucro líquido de R\$ 290.377,00 superou em 15,38% o do ano anterior e a receita líquida teve crescimento de 18,74%, chegando a R\$ 2.735.833,00. O Lajida de 2012 ficou em R\$ 572.514,00 com incremento de 8,48% em relação a 2011.

Apesar da retração das vendas no mercado residencial (-1%) e industrial (-13%), as vendas para geração elétrica tiveram importante crescimento em 2012 e registraram um expressivo aumento, de 133%, em comparação com o ano anterior. Esse incremento aconteceu devido ao reduzido nível dos reservatórios de água, o que fez com que as térmicas fossem acionadas a produzir volumes maiores. Somou-se a isso o retorno da UTE Furnas Santa Cruz, que agora opera como consumidor livre, em ciclo combinado. Esse quadro permitiu que o despacho médio das térmicas no período ficasse em torno de 4,40 Mm<sup>3</sup>/dia, quando em 2011 foi de 1,90 Mm<sup>3</sup>/dia.

Ainda neste mercado, teve início em 2012 a implantação da infraestrutura para distribuição de gás natural à UTE Baixada Fluminense. Para atender a essa térmica – que tem compromisso de entrega da energia para 01/03/2014 – a Ceg construirá um gasoduto de aproximadamente 15 km, em canalização de aço, e uma estação de medição e regulação com cromatografia e analisadores de gás.

Entretanto, os resultados não se limitaram a indicadores econômicos e financeiros positivos. Seguimos apresentando rentabilidade aos acionistas, oferecendo um serviço de qualidade aos clientes, criando possibilidade profissional aos nossos empregados e colaborando com o desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, a Ceg deu início ao abastecimento das edificações do programa *Minha Casa, Minha Vida* e iniciou a construção de 8,3 km da rede de reforço do anel metropolitano. Esta obra vai permitir o abastecimento às indústrias e aos postos de GNV da Zona oeste. Além disso, a empresa está participando do esforço em preparar o Rio de Janeiro para os grandes eventos que a cidade vai sediar – Olimpíadas e Copa do Mundo, e por conta das obras da Transcarioca, Transoeste, Transolímpica e Porto Maravilha, a companhia já remanejou, em 2012, um total de 1,5 km de redes.

No âmbito interno, a Ceg investiu R\$1.531.433,00 em mais de 36 mil horas de capacitação. Lançou programas criativos como a Universidade Virtual – uma plataforma de encontro na rede para a formação e gestão do conhecimento; e o Programa de Avaliação 360°, no qual onde o participante se autoavalia, é avaliado por seu chefe e por colaboradores e, a partir daí, é elaborado um plano de desenvolvimento individual de competências.

A Ceg também apoiou 19 projetos de ações sociais, culturais e de meio ambiente, voltados para a melhoria do seu entorno e das comunidades nele envolvidas. Esse desempenho abrangente rendeu à empresa diversos prêmios recebidos em 2012, com destaque para o Prêmio Top Gás Petrobras, na categoria Relacionamento com clientes (Campanha Vip), e o Ouro, no Prêmio Aberje, principal premiação na área de Comunicação do Brasil. A companhia foi campeã regional com o case Programa Dialogar: a Vitória do Diálogo.

Por todo esse elenco de realizações, é com orgulho que apresentamos mais esse relatório da Ceg. Confiantes de que colaboramos para um cenário mais favorável do setor energético, estamos dispostos a manter nossos investimentos para garantir a manutenção das taxas de crescimento alcançadas até aqui.

Agradecemos a confiança de todos os acionistas, o incentivo dos clientes, a dedicação dos nossos colaboradores, e o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram fundamentais para a positividade de nossa atuação.

Muito obrigado.

## Mensagem do Presidente e do Country Manager

Ampliar o uso do gás natural em toda a área de concessão continuou sendo, em 2012, um dos principais vetores de crescimento da Ceg. A empresa fechou o ano com um incremento líquido de 20.532 clientes, número 6,7% superior ao alcançado em 2011 e, com esse crescimento, já contabilizamos um total de 798.289 clientes e uma rede de distribuição de 4,3 mil km de extensão.

Tudo isso foi possível graças ao investimento de R\$ 156 milhões, valor que é 41% superior ao realizado em 2011. A maior parte desses recursos foi destinada às obras de ampliação da malha de distribuição e à modernização de toda a rede de distribuição do Centro e de Copacabana. Essas obras vão contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura do Rio de Janeiro, garantindo não só o atendimento a novos clientes, mas sobretudo mais segurança e confiabilidade do sistema de fornecimento de gás.

O volume de vendas também foi positivo no período: 9 milhões de metros cúbicos de gás por dia, valor 36% superior ao registrado em 2011. O crescimento foi motivado principalmente pelo acionamento das usinas termelétricas no segundo semestre do ano, medida adotada pelo governo brasileiro para evitar o risco de racionamento de energia elétrica. Somente para esse segmento, as vendas totais ficaram em 4,4 milhões de metros cúbicos por dia – 149% a mais do que o verificado no ano anterior.

Mas o ano não foi só de indicadores positivos no âmbito operacional. Conseguimos também avançar em projetos importantes para a melhoria e qualidade de nossos serviços. Um dos projetos a destacar é o que trata do mapeamento das redes de utilidade pública existentes no subsolo da cidade, que recebeu o prêmio *Geospatial Technology for City Management*. Trata-se do trabalho que realizamos em cooperação com outras concessionárias e órgãos da Prefeitura do Rio e que permitirá que a cidade tenha, em breve, uma radiografia do que existe em seu subterrâneo, gerando maior eficiência nas obras e melhor aproveitamento do espaço público. Nossa expectativa é que esse projeto, inspirado na experiência da Gas Natural Fenosa em Barcelona, possa ser replicado em outros municípios.



**Bruno Armbrust**

Presidente  
Gas Natural Fenosa Brasil



**Antoni Almela**

Country Manager  
Grupo Gas Natural Fenosa

Também ampliamos as alternativas de contato do cliente com a empresa. Lançamos uma nova página na web, voltada para a prestação de serviços, criamos um canal específico para atendimento a portadores de necessidades especiais, e iniciamos nosso relacionamento por meio das redes sociais, no Facebook e Twitter.

Ainda com foco na melhoria do atendimento ao cliente, desenvolvemos uma série de campanhas e treinamentos internos, que resultaram em melhora em boa parte dos indicadores, com destaque para o percentual de retenção de clientes, que ficou em 48%. Essas iniciativas receberam o reconhecimento externo por meio de oito premiações, com destaque para o Prêmio Latino-Americanos, concedido durante o 3º Global Contact Fórum, que reconhece as melhores práticas do setor de serviços da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México.

A Ceg é uma empresa que nasceu e cresceu junto com a cidade e, por isso, acreditamos que nossa contribuição deve ir além da prestação do serviço público de qualidade. Nesse sentido, apoiamos em 2012 uma série de projetos de educação, voltados para maior conscientização da preservação do meio ambiente. Um desses projetos é o “Energia pra crescer”, apresentado em 41 escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. O objetivo foi sensibilizar – por meio de peça teatral com bonecos, maquetes e dinâmicas – 4.750 alunos, de 8 a 12 anos, sobre a importância da consciência ambiental, do consumo consciente e do impacto ambiental das principais fontes de energia.

Foi, enfim, um ano de bons resultados. Para alcançá-los, foi fundamental a confiança de nossos acionistas e a dedicação de nossos funcionários, unindo esforços com o firme propósito de criar valor, econômico, meio ambiental e social, tanto a curto como a longo prazos. Sem esta parceria, portanto, não seria possível continuar escrevendo a história de crescimento e sucesso da Ceg.

Muito obrigado.

## Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Cláudio Barbosa da Rocha

Cláudio Figueiredo Coelho Leal

Ewald Possolo Correa da Veiga (em memória)

Francesc Solbes Pons

José Pais Rangel

Juan Manuel Otoyá Rojas

Narcis de Carreras Roques

Renata Bezerra Cavalcanti

## Comitê de Direção

- Bruno Armbrust** | Diretor – Presidente
- Antoni Almela Casanova** | Diretor - Geral
- Aline Silva Nogueira** | Controle de Gestão
- Ana Carolina Almeida** | Auditoria Interna
- Daniela Helena Napolitano** | Serviço a Clientes
- Daniele Viana Toval Conrado** | Recursos Humanos
- Fernanda Amaral Mendes Alves** | Comunicação
- Flávio Campos** | Informática
- Gilberto Guimarães Rosa da Silva** | Serviços Compartilhados
- Ignácio Pascual** | Planejamento, Ingressos e Regulação
- Jorge Henrique da Silva Baeta** | Econômico-Financeiro e Relações com Investidores
- José Maria Margalef Badenas** | Operações
- Katia Brito Repsold** | Gestão de redes
- Kátia Valverde Junqueira** | Serviços Jurídicos
- Mario Nevares** | Organização e Qualidade
- Miguel Marcelo Napolitano** | Comercial

# 1

## Cenários, Macroeconômico e Energético

Devido à crise mundial, o desempenho econômico no ano 2012 não conseguiu cumprir com as expectativas tanto do Governo quanto do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7%, o que teve um impacto direto na economia, encerrando o ano com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que ficou em 0,9%.

Mas graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente, passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25% ao ano, ao final de 2012, fato que tornou-se um dos destaques econômicos do ano.

Merece também destaque a trajetória da taxa de câmbio no período, quando o governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Real iniciou o ano bastante valorizado, sendo apontado como um dos grandes responsáveis pela perda de competitividade da indústria nacional. Ao longo do ano, em especial a partir da segunda metade, esta tendência se reverteu, com um processo de depreciação da moeda local frente ao dólar, até alcançar o nível desejado pelo governo. Desde então, o Banco Central passou a realizar intervenções no mercado de forma a mantê-lo em torno dos R\$ 2,00, parecendo ser este o novo patamar buscado no curto prazo.

Outro indicador a se considerar na análise do cenário de 2012 é o setor de energia elétrica, que passou por mudanças importantes. O fato a se destacar foi a decisão do governo sobre as condições de prorrogação antecipada das concessões de geração e transmissão, que vencerão em 2015, com redução das tarifas elétricas.

O consumo de energia elétrica apresentou um crescimento moderado de 3,5% no período de janeiro a dezembro de 2012, situando-se em 448,3 TWh. Grande parcela da expansão verificada no período foi liderada pelos setores comercial e residencial, que tiveram, respectivamente, elevações de 7,9% e 5% em relação ao igual período em 2011. Já o acumulado do consumo energético do setor industrial ficou estável, quando comparado a 2011, reflexo do baixo nível de atividade do setor.

O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina o valor da comercialização da energia no mercado livre, alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008, com o registro de R\$ 569,59/MW.

Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5, de 14 de dezembro, sendo contratados doze projetos de geração, sendo duas hidrelétricas e dez eólicas, somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial.

Em 2012, o mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL.

De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no país foi de 56,3 milhões de m<sup>3</sup>/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. Dos 36,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia restantes, 17,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia foram consumidos diretamente pelo produtor em refinarias, fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAFENs) e termoelétricas e, o restante, consumido na produção, processamento e transporte de gás.

O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34/MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4,00%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$3,42/MMBTU, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBTU).

A produção nacional média foi de 73 milhões de m<sup>3</sup>/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011. Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que no Brasil praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

Quanto à produção nacional média de petróleo, até outubro de 2012 foram registrados 2,15 milhões de barris por dia (b/d), uma queda de 1,0% em relação à produção média observada em 2011, de 2,17 milhões de b/d no mesmo período. Segundo dados da Petrobras, que representa cerca de 92% da produção média diária de petróleo no país, até outubro foi de 1,97 milhões de b/d, o que significa uma queda de 1,8% em relação ao período anterior.

A crise mundial, no entanto, não afetou em 2012 os preços internacionais do barril de petróleo, que se mantiveram historicamente em alta. O preço médio do petróleo tipo WTI no ano 2012 foi US\$ 94,1/barril, praticamente estável em relação ao verificado em 2011, de US\$ 94,9/barril. O Brent apresentou comportamento semelhante, sendo observado um preço médio de US\$ 111,6/barril, também em linha com o do ano anterior, de US\$ 111,2/barril. Desta forma, os preços médios do barril de petróleo estabilizaram-se nos níveis historicamente altos, que foram alcançados pelo energético no ano passado.

Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e da alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

# 2

## Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina

A Gas Natural Fenosa, operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços, é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade, presente em 25 países, e que conta com cerca de 20 milhões de clientes e 17,3 GW de potência elétrica instalada no mundo.

É a primeira distribuidora de gás da América Latina, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica. Com uma frota de 11 navios metaneiros, é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural nas bacias do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm., com uma plataforma de infraestrutura única.

Apesar da crise mundial que gerou um cenário mais exigente, a Gas Natural Fenosa melhorou seus resultados em 2012 graças ao equilíbrio do seu perfil de negócios, ao crescimento da sua atividade internacional e também graças à sua disciplina financeira.

A empresa, teve em 2012, uma evolução muito superior à média das empresas similares. Seu Ebitda consolidado aumentou 9,4% e o lucro líquido cresceu 8,8%, com volume de negócios, até 31 de dezembro de 2012, passando de 24.904 milhões de euros, o que representa um aumento de 18,2% com relação ao ano anterior.

Em seu plano estratégico 2010-2014, a Gas Natural Fenosa estabelece duas fases diferenciadas: até 2012, a companhia esteve voltada para o fortalecimento do balanço, para a otimização na consecução de sinergias e para o crescimento orgânico. Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados-chave. O plano prevê que a América Latina continue como um pilar dentro do grupo.

A Companhia tem posições bem complementares em mercados importantes como Espanha, México, Colômbia e Brasil, e ocupa posição atrativa na América Latina, com grande potencial de crescimento. É um dos maiores operadores mundiais de ciclos combinados, com 9.287 GW de potência. Tem ainda participações em três regaseificadoras e em duas usinas de liquefação.

### **Presença no mundo: 24 países e mais de 20 milhões de clientes**

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade e desenvolve atividades de geração elétrica, regaseificação e exploração. Na França, na Bélgica e em Luxemburgo realiza atividades de comercialização de gás; na Holanda comercializa energia e na Itália distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Suas atividades em Portugal incluem comercialização de gás e eletricidade e ainda projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e no Brasil; de distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e de geração elétrica e distribuição de gás no México. A atividade em Porto Rico está voltada para a geração elétrica e a operação de uma planta de regaseificação

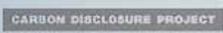
A Gas Natural Fenosa também realiza o serviço de distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia; gera e distribui eletricidade no Panamá; e participa de negócios de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, na República Dominicana e no Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração. No sul da África, conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e de operação do gasoduto Magreb-Europa.

Além disso, participa de plantas de liquefação no Egito, Omán, e tem uma carteira de projetos eólicos na Austrália, além de projetos de *upstream* em Angola. A empresa mantém ainda relações comerciais de compra e venda de gás em numerosos países, entre os quais destaca-se a Argélia, por onde passa o gasoduto Magreb-Europa.

Líder também em matéria de Responsabilidade Corporativa, a Gas Natural Fenosa tem uma série de reconhecimentos, conferidos por entidades de referência (quadro abaixo):

## Reconhecimentos



Índices mundiais de responsabilidade corporativa	Outros reconhecimentos
 <p>Presente no índice de forma ininterrupta nos últimos oito anos. Incluída no DJSI Europe pela sétima vez consecutiva. Líder no setor de distribuição de gás</p>	 <p>Prêmio de excelência financeira</p>
 <p>Distinguida pelo quinto ano consecutivo no Anuário da Sustentabilidade</p>	 <p>1ª companhia do mundo no setor de gás. Prêmio de melhor iniciativa de desenvolvimento comunitário para o projeto Cuartel V na Argentina</p>
 <p>Incluída no índice de sustentabilidade pelo 11º ano consecutivo</p>	 <p>10ª companhia energética mais admirada do mundo</p>
 <p>Incluída desde a criação do índice</p>	 <p>Prêmio de melhor operação financeira</p>
 <p>Terceira posição no mundo e <i>utility</i> melhor valorada. Segundo o Informe Carbon Disclosure Project (CDP Global 500) correspondente a 2012</p>	 <p>Selo "Excelencia en Diversidad". Conforme o modelo EDC de gestão para favorecer a inclusão da pessoa com deficiência</p>
	 <p>Certificado efr em desenvolvimento Humano e social</p>

# 3

## **Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos**

O ano de 2012 foi de importantes resultados para a Gas Natural Fenosa no Brasil. A empresa – operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços – realizou um volume de investimentos que chegou a R\$ 206,5 milhões.

Desde 1997, já contabiliza mais de R\$ 4,4 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à ampliação e melhoria da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Gas Natural Fenosa fechou 2012 com um total de 870 mil clientes no Brasil e uma rede de mais de 6 mil km de extensão. As empresas do grupo já estão presentes em 68 municípios brasileiros. Em 2012, iniciou, através da Ceg Rio, o abastecimento em Teresópolis, Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Através da Gas Natural SPS, concluiu as obras da estação de descompressão que viabilizará a antecipação da chegada do gás a Itapetininga, em 2013.

Em 2012, a Gas Natural Fenosa teve novas indústrias incorporadas à sua carteira de clientes, entre elas destaca-se a Nissan do Brasil, que firmou contrato de abastecimento de gás natural para a unidade situada no município de Resende, cujo consumo previsto é de 13.695.000 m<sup>3</sup>/ano, em média.

Além desta, foram incorporadas a Masterpav (fábrica de asfalto), e a Saint-Gobain do Brasil, localizadas no Rio de Janeiro; e em São Paulo, a italiana Arvedi Metalfer do Brasil, produtora de peças para o segmento automobilístico. Juntas, essas indústrias representam um consumo de mais de 2.413.356 m<sup>3</sup>/ano.

No mercado de cogeração e climatização, firmou contrato de abastecimento de gás natural com o Centro Comercial Nova América, onde também atenderá diversos pontos de abastecimento de gás, com consumo projetado de 23,6 GWh/ano.

No mercado residencial, o destaque do ano ficou para o início do abastecimento das edificações do programa *Minha Casa, Minha Vida*. O condomínio “Morar Carioca” terá 2.240 domicílios abastecidos por gás natural, com aplicação da tarifa social.

Na área de negócios não regulados, a Gas Natural Fenosa – através da empresa Gas Natural Serviços – ampliou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás. Desde o início dessa atividade já comercializou mais de 13 mil aparelhos. A empresa também fechou 21 contratos de soluções energéticas com destaque, em 2012, para a implantação de sistemas de geração de energia com gás natural no Casa Shopping e no Fluminense Futebol Clube. A atuação da Gas Natural Serviços garante conforto e segurança aos consumidores de gás natural canalizado na medida em que proporciona não apenas a venda de equipamentos a gás aos seus clientes como também a revisão das instalações internas de gás.

### **Um ano de muitos prêmios**

Ao longo de 2012, as empresas controladas pela Gas Natural Fenosa no Brasil conquistaram 10 prêmios. Foram cases e projetos que receberam a chancela de diferentes instituições que reconheceram os resultados e o caráter inovador dos projetos realizados. Esses prêmios foram:

- **3º Global Contact Forum** – Ouro na 1ª Entrega Anual de Prêmios Latino-Americanos, com o case Unidos pelo Cliente.
- **XII Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços)** – Ouro em Operações Próprias ou Terceirizadas – Ativas, com “Gas Natural Fenosa: Mais que cobrança, mais pelo cliente”, que também recebeu o troféu de
  - Ouro por ter sido selecionado entre todos os trabalhos como o “Case do Ano”.
  - Ouro em Campanhas de Comunicação – Internas (Empresas), com “Jornada das Estrelas no Espaço do Cliente”.
  - Prata em Gestão da Qualidade (Empresas), com o case “Atendimento com Excelência da Gas Natural Fenosa em São Paulo”.
  - Prata em Atendimento Técnico, com o case “Risco Zero – O Compromisso em Manter um Serviço Público Seguro”.
- **Prêmio MasterInstal** – O case “Capacitar com Segurança: Esse é o Compromisso do Grupo Gas Natural Fenosa” ganhou o troféu prata.
- **Top Gás** – O case Campanha VIP foi o grande vencedor nacional na categoria Relacionamento com Clientes, do Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gás Natural – Top Gás 2012.
- **Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (Ademi-Niterói)** – Ceg ganhou o prêmio Top Fornecedor.
- **Prêmio Aberje** – Ouro no Prêmio Aberje 2012, principal premiação na área de Comunicação do Brasil. A companhia foi campeã regional na categoria Comunicação e Relacionamento com o Público Interno, com o case Programa Dialogar: A Vitória do Diálogo.
- **Fórum Geoespacial Latinoamericano** – Prêmio GeospatialTechnology for City Management, pelo projeto GeoVias, que integra informações sobre as redes subterrâneas da cidade em um único banco de dados.
- **PECC 2012** – Prêmio de Excelência em Contact Center. – Atendimento Telefônico da Gas Natural Fenosa Brasil foi tricampeão no prêmio Excelência em Contact Center.
- **TOP de RH** – Ouro com o case “Carreira em Foco: uma Visão Estratégica de Recursos Humanos”.
- **Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos – ESARH** – Ouro na categoria Gestão de Pessoas.

## Segurança

Índices de Acidentabilidade.

Com referência aos índices de acidentabilidade em 2012, as empresas do Grupo atingiram os objetivos traçados pela Gas Natural Fenosa internacionalmente, de acordo com tabela a seguir:

Índices	Objetivos GNF	Indicadores GNF Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 5,6	0,84
Acidentes do Trabalho – Índice de Gravidade	≤ 0,14	0,004
Sistema de Distribuição – valoração	≥ 8,0	10,0
Sistema de Utilização – valoração	≥ 8,0	9,0

# 4

## Evolução da Atividade da Ceg

### **Cientes captados no ano**

As altas por gestão comercial acumuladas totalizaram 35.320 clientes, sendo 34.772 residenciais, 519 comerciais, 16 industriais e 13 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 7,8% superiores às do mesmo período de 2011.

### **Total de clientes**

Em 2012, o número total de clientes da companhia chegou a 798.289.

### **Vendas**

As vendas médias diárias totais atingiram 9004,2 mil metros cúbicos. O destaque foi a venda para geração elétrica, que teve aumento de 133% em relação a de 2011. As vendas de gás convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram decréscimo de 5,1% em relação ao mesmo período de 2011.

### **Investimentos**

Foram investidos R\$ 155.552,00 de janeiro até dezembro de 2012, montante 41% superior ao mesmo período do ano passado. A maior parte dos investimentos, R\$ 79.584,00 foi direcionada para a renovação de redes, com 51,2% do total dos recursos investidos. Expansões e instalações de redes representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos.

### **Atividade operacional**

Teleatendimento: Foram recebidas 486.000 chamadas de janeiro a dezembro de 2012. O percentual de chamadas abandonadas caiu de 7,3% para 3,9%. No mesmo período do ano passado, foram atendidas mais de 580.700 chamadas.

# Atividade Comercial

# 5

Em 2012, a Ceg atingiu o total de 798.289 clientes, o que representou um aumento de 3% em comparação com o exercício anterior, quando o total foi de 777.757. O incremento líquido foi de 20.532 clientes usuários em toda a área de concessão. Para atender a essa demanda, foram instalados 80,3 km de novas redes, o que permitiu à Companhia fechar o ano com um total de 4 mil km de extensão.

Número de Clientes	2012
Residencial	786.837
Comercial	10.675
Industrial	329
Geração Elétrica	3
GNV	445
<b>Total</b>	<b>798.289</b>

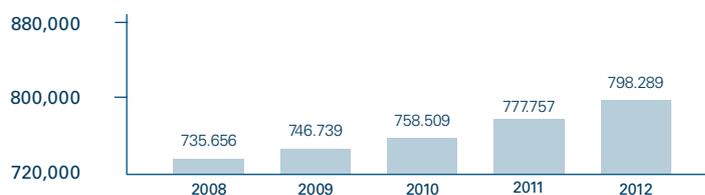
O desenvolvimento da atividade comercial foi realizado em 17 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá. Em Maricá, o atendimento é feito por meio do sistema de gás comprimido (GNC). O município de Japeri já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial está pronta para iniciar. Quando isso ocorrer, passarão a ser 18 os municípios abastecidos com gás natural.

No município do Rio de Janeiro já são mais de 732 mil clientes residenciais atendidos. Na região de São Gonçalo e Niterói o número chega a 44.166, e nos municípios que compõem a Baixada Fluminense a CEG já fornece gás natural para 9.838 clientes residenciais.

O Projeto Tarifa Social MCMV (*Minha Casa Minha Vida*) contemplou 818 novos clientes em 2012, chegando a um total de 1.399 clientes atendidos no Programa.

No segmento de GNV (gás natural veicular), houve a captação de 13 novos postos, localizados um em Nova Iguaçu, sete no município do Rio de Janeiro, três em São João de Meriti e dois em Duque de Caxias. Cinco postos deixaram de ser abastecidos. No total, a Companhia já fornece gás a 445 postos de GNV. No segmento de pequenos comércios, são atendidos 10.401 clientes, e no grande comércio, 274. Já no segmento industrial, a Ceg abastece 329 indústrias.

## Crescimento do número de clientes nos últimos 5 anos



## Vendas convencionais

No mercado comercial houve incremento de 6% no volume de vendas. Já no residencial, por conta de fatores climáticos, as vendas foram de -1%, frente a 2011.

Os volumes vendidos para o mercado industrial em 2012 apresentaram redução frente a 2011, em função da crise mundial, e também por conta da redução de oferta de gás de leilão, no segundo semestre de 2012, de forma a priorizar o suprimento para as termelétricas.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas e fomentar o número de conversões para o mercado de gás natural veicular (GNV), em 2012 a Companhia deu continuidade à campanha publicitária que esclareceu sobre os mitos relacionados à utilização do GNV e suas vantagens econômicas frente aos demais combustíveis.

A campanha – que foi veiculada em rádios, mobiliário urbano, outdoors, postos de combustíveis, revista, jornal, taxidoor e tv – reforçou os conceitos utilizados no ano anterior. Mostrou que o GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor, aumentar o tempo entre as manutenções, ter rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

O resultado da campanha foi o incremento de 1% do volume vendido, observando-se um freio na queda das vendas frente a 2011.

Vendas (mil m <sup>3</sup> /dia)	2012	2011	Varição%
Residencial	310,8	314,9	-1%
Comercial	241,7	228,8	6%
Industrial	1.852,5	2.129,5	-13%
GNV	2.202,5	2.181,5	1%
Total do mercado convencional	4.607,5	4.854,7	-5%
Geração Elétrica	4.396,7	1.889,4	133%
<b>Total</b>	<b>9.004,2</b>	<b>6.744,1</b>	<b>33,5%</b>

## Vendas para Geração Elétrica

Em 2012, as vendas de gás e de acesso de terceiros à rede – ATR – para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg, registraram um expressivo aumento de 133% em comparação com o ano anterior. O fato foi consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, o que aumentou a necessidade de acionamento das térmicas. Colaborou com esse aumento também o retorno da UTE Furnas Santa Cruz, agora operando como consumidor livre, em ciclo combinado e com uma potência instalada de 500 MW.

O despacho médio das térmicas no período ficou em torno 4,40 Mm<sup>3</sup>/dia, quando em 2011 foi de 1,90 Mm<sup>3</sup>/dia. Em 2012, teve início a implantação da infraestrutura de distribuição necessária para a prestação do serviço de distribuição de gás natural à UTE Baixada Fluminense (530MW), na modalidade de cliente livre. Para atender a essa térmica, que tem compromisso de entrega da energia para 01/03/2014, a Ceg construirá um gasoduto de aproximadamente 15 km, em canalização de aço, e uma estação de medição e regulação com cromatografia e analisadores de gás.

## Evolução do volume de vendas em (mil m<sup>3</sup>/dia):



## Contrato de fornecimento de gás

Em 2012 foi firmado o aditivo ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, tendo como principal alteração a prorrogação do seu término para 21.12.2019.

Adicionalmente, houve duas outras modificações relevantes: adequar o preço do gás à Resolução ANP nº 52/2011 com o objetivo de incluir as parcelas de molécula e transporte, bem como introduzir o conceito de valor-teto e alterar as regras de compromisso de recebimento do gás, introduzindo a Retirada Mínima Anual (TOP anual), Remuneração Mínima de Reserva Anual (SOP anual) e Remuneração Mínima de Reserva Mensal (SOP mensal).

# 6

## Serviço a Clientes

### Mais reconhecimento externo

Em um ano de muitos prêmios recebidos e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Companhia manteve seu foco na satisfação do cliente. Desde o início de 2012, foram desenvolvidas e implantadas diversas ações operativas para melhora na qualidade do atendimento telefônico. No segundo ano de contrato do novo fornecedor de call center, a meta da Pesquisa de Satisfação de Atenção Telefônica (nota 7,8) foi atingida no 3º trimestre de 2012 (nota 8,2), superando o resultado do mesmo período de 2011 (nota 7,0). A nota do 4º trimestre de 2012 foi de 8,1.

Engajada com a responsabilidade social da empresa e com o objetivo de ampliar as fronteiras para estar em contato direto com o cliente, a Ceg disponibilizou um novo canal de atendimento para portadores de necessidades especiais.

Acompanhando a dinâmica de novos canais de contato com o cliente, foi elaborado e desenvolvido todo o projeto de Redes Sociais para entrada no Facebook e Twitter. Foi também lançado o novo portal na web, com mais serviços e facilidades para os clientes e acionistas da Companhia.

Foram implantados ainda importantes projetos que traduzem a eficiência operativa e o foco na qualidade:

- Fórum de Escuta – comitês quinzenais, formados por colaboradores das áreas operativas de toda a empresa, onde são analisados os atendimentos do Call Center, sendo propostas ações de melhorias nos processos.
- Iniciativas de Integração e Capacitação Técnica – encontros e treinamentos realizados com os colaboradores de Serviço a Clientes e de todas as áreas da empresa, promovendo a troca de experiências, divulgação das melhores práticas, melhora na comunicação entre as áreas, motivação e excelência no atendimento.
- Campanha Paixão pelo Serviço – projeto com foco em promover melhoras operativas, eficiência, integração e garantir a qualidade no atendimento. A dinâmica do projeto é realizada através de mesas de trabalho que analisam e propõem mudanças nos processos dos principais motivos de atendimentos (reclamações).

Além dos novos projetos e ações, foram mantidas as melhores práticas já implantadas nos anos anteriores, tais como: a leitura de consumo facilitada (on line), o contato com os clientes identificados com consumo excessivo ainda no processo de faturamento e a Campanha Vip.

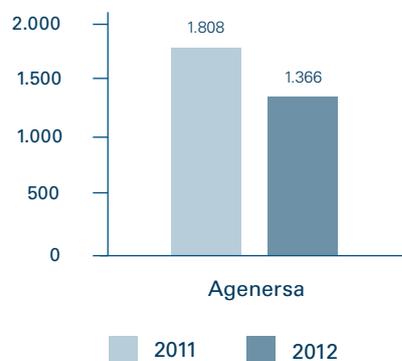
Esta campanha, realizada pelo quinto ano consecutivo, tem como principal objetivo o envolvimento e a conscientização de todas as áreas da companhia na busca pela satisfação do cliente. No resultado de 2012 houve uma redução de 7% na quantidade de reclamações frente ao ano de 2011.

O resultado de todas as ações desenvolvidas durante o ano também pode ser observado na retenção de 48% dos clientes que intencionavam cancelar o fornecimento, tendo sido incentivados a permanecerem utilizando o serviço, e na contínua evolução dos acordos nos Juizados Especiais Cíveis, que alcançaram o índice de aproximadamente 45%, em 2012.

A Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu, em 2012, 5.431 clientes. Nas ocorrências da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro – Agenersa, houve

uma redução de 24% após a implantação de reuniões mensais, passando a ser desenvolvido um trabalho em conjunto, que visa a melhorar ainda mais o relacionamento com os clientes e a prestação dos serviços pela Companhia.

#### Atendimentos realizados:



Ainda com foco na segurança do serviço prestado ao cliente, foram intensificadas as atividades para detecção de anomalias e irregularidades no parque de medidores, com ações imediatas para garantir o bem-estar e a segurança do fornecimento ao cliente.

Ao longo de todo o ano, o comprometimento e excelente trabalho realizado pelas áreas teve seu mérito reconhecido e a área de serviço ao cliente conquistou oito importantes prêmios. Merece destaque o Prêmio Top Gás Petrobras, recebido pelo case apresentado pela Ceg “Campanha VIP”.



# 7

## Atividade Técnica

Em 2012, foram desenvolvidas pela Ceg importantes obras que vão contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura do Rio de Janeiro. Entre elas está a construção de 8,3 km de um total de 9,0 km de rede de aço carbono de alta pressão AP-16 bar, referente ao projeto Novas Fontes 3 – Fase 4 – reforço do anel metropolitano do Rio de Janeiro. Esta obra vai permitir o abastecimento de indústrias e postos de GNV da zona oeste.

Devido às obras da Transcarioca, Transoeste, Transolímpica e Porto Maravilha, a companhia remanejou um total de 1,5 km de redes de aço carbono de alta pressão AP-16 bar e de redes de polietileno de média pressão MP-4 bar, em diversos diâmetros.

Foi iniciada a obra para abastecimento da UTE Baixada Fluminense, que consiste na construção de 12 km de rede de aço carbono de 20 polegadas de diâmetro em alta pressão AP42 bar e na construção de duas estações de medição, cromatografia e odorização, nos municípios de Japeri e Seropédica. Foi também realizada a construção de ramais para abastecimento de postos GNV, indústrias e comércios.

Sob coordenação da Ceg, e em cooperação com outras concessionárias e órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, teve prosseguimento o trabalho visando o mapeamento das redes de utilidades existentes no subsolo da cidade. Para isso, continuou sendo desenvolvido o sistema (GEOVIP), que contém a base cartográfica do município, sobre a qual está sendo inserida a localização das redes assentadas. O sistema vai permitir uma maior segurança nas ações de construção e manutenção de todos os concessionários e facilitar a coordenação das intervenções no subsolo da cidade.

Dentro do programa de renovação de redes antigas da cidade, foram substituídos 49.596 metros de canalizações e 2.030 ramais. Neste trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da Ceg. Os bairros priorizados para a modernização de redes de gás canalizado foram Centro e Copacabana. A empresa modernizou 59 km de rede nestes dois bairros em 12 meses. Para isso, a empresa investiu R\$ 21 milhões. Essa decisão da empresa está ratificada em um termo de compromisso assinado com o Ministério Público do Rio de Janeiro, em 2011.

A Companhia tem um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa, define seu cronograma de manutenções e renovações.

Desde 1997, quando foi privatizada, a Companhia já investiu em renovação e modernização de rede do Rio de Janeiro o total de R\$ 551,2 milhões, o que permitiu que a rede de distribuição de gás da cidade esteja no mesmo nível das grandes metrópoles mundiais.

Em 2012, a Ceg seguiu fazendo seu programa permanente de vistorias na rede de gás canalizado. Em conjunto com a concessionária de energia elétrica continuou também o programa de verificação preventiva para detectar a presença de gases e/ou superaquecimento em cabos de energia elétrica.

## Meio Ambiente

O ponto mais forte das atividades ambientais da Ceg em 2012 foi a obtenção da certificação ISO 14.001, que visa à melhoria contínua dos processos ambientais e ao atendimento aos requisitos legais. Com esta certificação, a empresa garante um melhor desempenho das atividades ambientais e se torna cada vez mais consciente de que a condição prévia para a realização de seus negócios é a preservação ambiental.

Reafirmando mais um ano o compromisso com a Política de Responsabilidade Corporativa, também foi ampliado o Programa de Neutralização. Com o objetivo de sensibilizar os colaboradores sobre a importância da redução de gases efeito estufa, foram neutralizados em 2012 cinco eventos realizados pelas empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil. Esses eventos totalizaram 5.673 kg de CO<sub>2</sub> que deixaram de ser emitidos na atmosfera:

- 1º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (623 kg de CO<sub>2</sub>eq)
- Workshop Ambiental – Energia Sustentável para Todos (530 kg de CO<sub>2</sub>eq)
- 2º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (200 kg de CO<sub>2</sub>eq)
- 3º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (1.391 kg de CO<sub>2</sub>eq)
- Festa de final de ano (2.929 kg de CO<sub>2</sub>eq)

O Programa “Gás natural: Conscientização e Responsabilidade começam em casa”, desenvolvido pela Ceg, participou do Prêmio Top Gás, organizado pela Petrobras, e foi finalista da categoria Responsabilidade Ambiental, pela sua contribuição na atenuação das alterações climáticas.

Merecem destaque também as atividades de Educação Ambiental. Em 2012, foram ministrados 33 cursos abordando questões ambientais, totalizando a conscientização de 863 colaboradores. Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi realizado o workshop Energia Sustentável para Todos, que contou com a participação de mais de 80 colaboradores e seus filhos.

Seguindo as orientações definidas no Plano de Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização Energética de Resíduos da Gas Natural Fenosa (Projeto PRE3VER), e em conformidade com a NT.0001.GN-DG, foram definidos os critérios, as diretrizes, os objetivos e as estratégias para minimização dos resíduos e sua gestão, a nível corporativo.

Com o desenvolvimento destas atividades, a empresa se prepara para o próximo desafio ambiental: a certificação do Sistema Integrado de Gestão.

## Segurança

Não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e, conseqüentemente, não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Quanto a Acidentes do Trabalho, houve redução tanto nos índices de frequência quanto nos índices de gravidade, em relação a 2011.

Entre os vários aspectos que foram relevantes para a redução dos índices de acidentabilidade, destacam-se:

- Treinamento teórico em situações de emergência para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, além de treinamento prático em combate a incêndio com gás natural no campo de instrução da Ceg, localizado na Unidade São Cristóvão.

- Treinamentos de segurança para efetivos e contratados.
- Identificação de perigos e riscos de todas as atividades exercidas por efetivos e contratados que trabalham para a Ceg.
- Análises das ocorrências no sistema de distribuição de gás natural pelo Comitê de Análise de Acidentes (CAE).
- Também foi destaque a certificação da Ceg pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

### Outros fatos relevantes:

Ceg recebe menção de prata de Segurança no Prêmio MasterInstal.

Pela primeira vez, a Ceg participou do Prêmio MasterInstal, na categoria Formação e Segurança de mão de obra na execução das instalações. O case “Formação com Segurança: Compromisso do Grupo Gas Natural Fenosa” recebeu a menção de prata. O projeto relata as formações planejadas e aplicadas, que visam ao desenvolvimento dos colaboradores com atitudes preventivas para a atuação em casos de emergência.

O Prêmio MasterInstal é um projeto que valoriza as melhores práticas aplicadas na área de qualidade, conformidade e eficiência das instalações nas edificações. É dirigido a todas as empresas e profissionais da indústria de instalações, desde o projeto até sua implantação final nas edificações.

Há 7 anos este evento é realizado pelo SINDINSTALAÇÃO – Sindicato da Indústria da Instalação – e ABRINSTAL – Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações. Mais de 80 cases foram inscritos em cinco diferentes categorias.

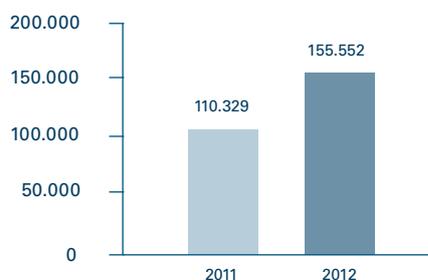


## Recursos Investidos

# 8

A Companhia investiu, em 2012, R\$ 155.552,00, aplicados basicamente nos programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás.

Em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimentos foi de R\$ 110.329,00, o nível de investimentos realizados pela Companhia teve um acréscimo de 41%. Este aumento se deu, sobretudo, no programa de conservação e renovação das redes de gás, que concentrou cerca de 51% dos investimentos, sendo o restante destinado a expansões, instalações de redes e outros.



# 9

## Sumário Financeiro

### Receita Líquida

Em 2012 as receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 2.735.833,00, o que representou um aumento de 18,74%, com relação a 2011, quando somaram R\$ 2.304.053,00. Desta forma, e como apontam os demais índices do sumário financeiro, a Companhia manteve-se em um bom ritmo de crescimento.

### Lucro Bruto

O lucro bruto em 2012 chegou a R\$ 846.505,00, superando em 8,47% o resultado obtido no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 30,94%, margem essa um pouco inferior a apresentada em 2011 (33,87%).

### Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2012, foi de redução da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes e passando a taxa de 11,00% para 7,25%, em dezembro de 2012.

Com esta política de redução da Selic implantada pelo BACEN, a Companhia teve, em 2012, um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2012, o valor negativo de R\$ 47.221,00, frente ao valor negativo de R\$ 67.586,00 em 2011.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 38,3% em 2011, caiu para 34,3% em 2012.

	2012	2011	Variação(%)	Variação (R\$)
Resultado Financeiro	47.221	67.586	30,13	20.365

### Lucro Operacional

O lucro operacional do período foi de R\$ 470.568,00, resultado superior ao obtido em 2011, que foi de R\$ 429.225,00, e representa um incremento de 9,63%.

## Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 290.377,00, o que representa aumento de R\$ 38.710,00, ou seja, 15,38% superior ao do exercício anterior.

	2012	2011	Variação(%)	Variação (R\$)
Conta de Resultados (R\$ mil)				
Receita líquida de vendas e serviços	2.735.833	2.304.053	18,74%	431.780
Lucro bruto	846.505	780.371	8,47%	66.134
Lajida (Ebitda)	572.514	527.781	8,48%	44.733
Lucro operacional	470.568	429.225	9,63%	41.343
Lucro líquido do exercício	290.377	251.667	15,38%	38.710

## Lajida (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários editou, em 04/10/2012, a Instrução Normativa 527/2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, inclusive os valores relativos a 2011, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios de 2011 e 2012.

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 572.514 ,00 do ano de 2012 supera em 8,48% o obtido em 2011. Este aumento é resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 10,54% nos últimos seis anos.

LAJIDA	2012	2011	Variação(%)	Variação (R\$)
Lajida (R\$ mil)	572.514	527.781	44.733	8,48%
Lucro líquido do exercício	290.377	251.667	38.710	15,38%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	132.970	109.972	22.998	20,91%
Resultado Financeiro	47.221	67.586	-20.365	-30,13%
Depreciação e amortização	101.946	98.556	3.390	3,44%

# 10

## Remuneração aos acionistas

Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovado, na Assembleia Geral de Acionistas, o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 41.513,00, a serem pagos em julho de 2013.

Dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 29.864,00 foram registrados de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia, o qual estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 214.132,00, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2013, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.

Somados, os valores acima representam 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável.

Ao longo de 2012 a Ceg manteve a estrutura de financiamentos necessários a realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

A Companhia apresentou projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial e substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 398 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 239 milhões (correspondente a 60% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato serão realizados até 2013, sendo que o primeiro ocorreu no 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a Ceg mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2013, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

# 12

## Acionistas

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
<b>Total</b>	<b>100</b>

Neste ano, em atendimento à Instrução Normativa da Receita Federal, implantamos o Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS.

Ao longo do ano, a Companhia buscou a implantação de programas operacionais, com objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade na apuração dos tributos.

Adicionalmente, a Companhia busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário a seguir demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

	2012	2011	Variação %
COFINS	61,79	64,58	-4,52%
PIS	13,74	14,27	-3,86%
IRPJ	82,43	73,50	10,83%
CSLL	37,42	29,81	20,34%
IOF	2,36	1,99	15,68%
AGENERSA	11,97	10,97	8,35%
ICMS	159,25	148,11	7,00%
IPVA	0,13	0,13	0,00%
IPTU	0,09	0,07	22,22%
ISS	1,1	1,02	7,27%
<b>Total (MBRL)</b>	<b>370,28</b>	<b>344,45</b>	<b>6,98%</b>

# 14

## **Audidores Independentes**

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas e a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S não prestou serviços à nenhuma outra sociedade integrante do mesmo grupo econômico ao qual pertence a Companhia.

# Responsabilidade Social Corporativa

# 15

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Companhia implantou e deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e qualidade de vida para os colaboradores.

Principais Indicadores	
Quadro de Pessoal/Número de empregados	437
Homens/Mulheres (%)	61 / 39
Total de diretos*	33
Mulheres em postos diretos	11
Gastos de Pessoal (R\$)	82.142.995
Horas de treinamento por empregado	55
Investimento em formação anual (R\$)	1.531.433

\*Diretores e gerentes

Merece destaque no ano a obtenção do Certificado EFR (empresa familiarmente responsável), que reconhece a empresa como comprometida e que fomenta o desenvolvimento humano e social entre os seus funcionários. Foram ressaltados pontos especialmente relevantes na certificação, tais como: forte política, a nível corporativo, de Responsabilidade Social; a formação, com o alcance de 100% dos funcionários e com muitos cursos e ferramentas disponíveis; a boa avaliação do ambiente de trabalho por parte dos funcionários; o apoio da alta direção às políticas e medidas EFR implantadas; apoio e consideração dos familiares dos funcionários em alguns benefícios e ações desenvolvidas e práticas de extensão à cadeia de valor do compromisso com a conciliação.

Também foram realizadas em 2012 diversas atividades voltadas para a manutenção do bom clima laboral, como o Programa de Qualidade de Vida. Esse programa foi mantido no intuito de proporcionar aos funcionários cada vez mais o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Consta de sessões de shiatsu e reflexologia, ensaios do coral, assim como, a locação de quadra de futebol, para estimular a prática de exercícios físicos.

Através do Programa de Reconhecimento, a Ceg homenageou o empenho e a dedicação dos funcionários em projetos relevantes ocorridos ao longo do ano, assim como homenageou os funcionários que, após muitos anos de dedicação, se aposentaram pela empresa.

## **Oportunidades de desenvolvimento**

Com o objetivo de reforçar o compromisso da Companhia com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, a empresa realizou a terceira edição do evento “Carreira em Foco”.

Esta ação contou com especialistas em Recursos Humanos, que através de palestras, consultorias individuais e a divulgação de programas e políticas de gestão de carreira, mostraram aos colaboradores as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-la.

Também foram investidos R\$1.531.433,00 em mais de 36 mil horas de capacitação para os colaboradores e terceirizados.

## **Projetos relevantes que foram lançados e desenvolvidos em 2012 :**

Universidade Virtual – uma plataforma que proporciona aos profissionais obter um ponto de encontro na rede para a formação e a gestão do conhecimento. Um lugar virtual para a colaboração, interação e a formação que o funcionário pode acessar, em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento do dia.

Programa de Avaliação 360º – ferramenta de desenvolvimento onde o participante se autoavalia e é avaliado por seu chefe, pares e colaboradores. A partir do informe de resultados, foi elaborado para cada participante um plano de desenvolvimento individual de competências, alinhado com o Modelo de Liderança do Grupo.

5º Ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho – para identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos nos colaboradores da Ceg.

Programa de Mobilidade Interna – foi potencializado, com o objetivo de promover a movimentação interna no Grupo, aumentando com esse contingente a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto. O índice de vagas fechadas com colaboradores internos foi de 92%, sendo 81% de promoções e 19% de movimentações laterais.

Programa de Mobilidade Internacional – foi implantado com o objetivo de aproveitar ao máximo os talentos do Grupo, oferecendo aos colaboradores, a possibilidade de se candidatarem às oportunidades disponíveis nos diferentes países onde o Grupo está presente.

Programa Bolsa de Estudos – patrocina parte importante do investimento na educação. A Ceg promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores através de 20 bolsas de estudo fornecidas em 2012, totalizando 65 bolsas ativas neste ano, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Programa Jovem Aprendiz – em parceria com o SENAI/RJ, preparou jovens de 14 a 21 anos nos cursos de Encanador Gasista Predial. O Programa já está em sua 11ª edição.

## **Responsabilidade Corporativa**

A Companhia realizou o processo de formalização da “Declaração de Cumprimento do Código de Ética” por parte de seus funcionários. O Código de Ética tem como missão fornecer um padrão de comportamento fundamentado na ética na atividade diária do funcionário, assim como proporcionar aos funcionários os mecanismos adequados para consulta e notificação de ocorrências.

## Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma política de benefícios diversificada e abrangente, a Companhia contou, no ano de 2012, com 25 tipos de benefícios, entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio-Creche, Auxílio-Excepcional, Vale-Refeição, Cesta-Básica, Empréstimos e Extensão da Licença-maternidade de 4 para 6 meses.

Na Ceg, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa. Pelo terceiro ano consecutivo, às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em 2 horas, mediante compensação ao longo do ano.



# 16

## Relacionamento com a Sociedade

Um total de 19 projetos foram patrocinados ou tiveram o apoio da Ceg em 2012. Um desses projetos é o “Manual para o Futuro Legal”, que foi apresentado em 41 escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. O objetivo é sensibilizar – por meio de peça teatral com bonecos, maquetes e dinâmicas – 4.750 alunos, de 8 a 12 anos, sobre a importância da consciência ambiental, do consumo consciente e do impacto ambiental das principais fontes de energia.

Outro projeto que recebeu o apoio da Ceg foi o Prêmio Rio Sócio-cultural 2012. O objetivo desse projeto é mobilizar as comunidades de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, valorizando as ações socioculturais inovadoras, desde que tenham mais de um ano de atividades regulares. O projeto reconhece e premia essas ações, difundindo um banco de dados via internet, entre outros meios de comunicação, para que se tornem exemplos multiplicadores em todos os países.

Atenta às iniciativas da sociedade nas áreas onde atua, a Ceg esteve presente em dois importantes eventos no segmento de gastronomia: no Rio Gastronomia 2012 e na 9ª Edição do Festival Rio Bom de Mesa.

Ainda dentro dessa perspectiva de participação junto à comunidade do seu entorno, a empresa apoiou também as comemorações dos 120 Anos de Copacabana.

Em parceria com a Unilassale – instituição de ensino superior localizada em Niterói – o Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil desenvolveu o Projeto “Jovens na Cozinha”. Trata-se de um programa de geração de emprego e renda totalmente alinhado às necessidades do mercado, que demanda de forma crescente por profissionais especializados em gestão de cozinha internacional e que poderão trabalhar no ramo da hotelaria ou gastronomia.

A formação em cozinheiro internacional selecionou jovens entre 17 e 25 anos com renda familiar de até três salários-mínimos.

Dividido em módulos, o curso oferece tanto disciplinas voltadas para a formação pessoal, como ética e postural profissional; quanto técnicas e práticas de gastronomia, básica e avançada. A ideia é incorporar ao perfil do curso conceitos como a sustentabilidade, uma visão ampla de alimentação saudável, e a consciência da responsabilidade de um cozinheiro com a preservação e a promoção da cultura gastronômica brasileira.

O “Jovens na Cozinha” faz parte do programa “Dia Solidário”, criado e mantido pelos colaboradores do Grupo para financiar projetos sociais.



**Educar** crianças e jovens  
é colocar em suas mãos  
as ferramentas para  
**viver dignamente e serem  
donos do próprio destino**



# Demonstrações financeiras

**Companhia Distribuidora de Gás  
do Rio de Janeiro – CEG**

**Demonstrações contábeis de acordo com as práticas  
contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2012**

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### *Informação Suplementar - Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### *Valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de março de 2012, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013.

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S  
CRC 2BA – 00710/O “S” RJ



José Renato Mendonça  
Contador – CRC 1BA 9.749/O “S” RJ

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2012	2011
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	31.865	48.807
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	-	343
Contas a receber de clientes (Nota 8)	381.021	299.166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(27.147)	(37.198)
Tributos a recuperar (Nota 9)	5.826	9.932
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.820	1.429
Adiantamentos a fornecedores	3.263	717
Cessão de crédito	1.234	381
Demais contas a receber (Nota 12)	19.054	21.672
Estoques	1.763	1.581
Despesas antecipadas	2.077	1.833
	420.776	348.663
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	102.716	97.337
Tributos a recuperar (Nota 09)	42.606	39.194
Demais contas a receber (Nota 12)	15.139	30.720
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 13)	(920)	(920)
Depósitos judiciais (Nota 14)	71.463	59.178
Outros realizáveis a longo prazo	591	831
	232.515	227.260
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 15)	1.288.640	1.195.635
Diferido (Nota 16)	114.779	156.078
	1.636.314	1.579.353
<b>Total do ativo</b>	<b>2.057.090</b>	<b>1.928.016</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 17)	266.131	198.799
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	-	40
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	173.939	213.374
Obrigações trabalhistas	7.014	6.940
Tributos a recolher (Nota 19)	92.460	82.410
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	10.811	11.054
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	1.479	74
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 21.2 (c))	71.377	59.771
Demais contas a pagar	3.979	4.490
	627.190	576.952
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	287.572	282.681
Tributos a recolher (Nota 19)	94	2.558
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	164.460	138.028
Provisão para contingências (Nota 23)	70.785	57.515
Demais contas a pagar	21.005	2.364
	543.916	483.146
Total do passivo	1.171.106	1.060.098
<b>Patrimônio líquido (Nota 21)</b>		
Capital social	359.909	353.617
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	578.908	545.512
Ajuste de avaliação patrimonial	(55.027)	(33.405)
Total do patrimônio líquido	885.984	867.918
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.057.090</b>	<b>1.928.016</b>

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
<b>Receita líquida (Nota 24)</b>		
Venda de gás	2.568.715	2.187.937
Contratos de construção	130.119	88.765
Outras receitas	36.999	27.351
	2.735.833	2.304.053
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		
Compra de gás e de serviços	(1.759.209)	(1.434.917)
Custo dos contratos de construção	(130.119)	(88.765)
Pessoal	(82.002)	(76.264)
Utilidades, materiais e serviços	(17.381)	(16.677)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 26)	(145.176)	(120.407)
Amortizações do intangível e diferido	(101.946)	(98.556)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	(3.305)	(4.894)
Outras, líquidas (Nota 27)	(26.127)	(34.348)
	(2.265.265)	(1.874.828)
<b>Lucro operacional</b>	470.568	429.225
<b>Resultado financeiro (Nota 28)</b>		
Receitas financeiras	35.476	32.904
Despesas financeiras	(82.697)	(100.490)
	(47.221)	(67.586)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	423.347	361.639
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)		
Do exercício	(128.954)	(98.261)
Diferidos	(4.016)	(11.711)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>290.377</b>	<b>251.667</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	51.927.546	51.927.546
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	5,59	4,84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	2012	2011
<b>Lucro líquido do exercício</b>	290.377	251.667
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Perda atuarial de fundo de pensão (Nota 22)	(21.622)	(20.321)
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>	(21.622)	(20.321)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>268.755</b>	<b>231.346</b>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 21.2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 21.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>341.787</b>	<b>2.194</b>	<b>419.666</b>	<b>(13.084)</b>		<b>750.563</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					251.667	251.667
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos					(20.321)	(20.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(20.321)	20.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(20.321)	251.667	231.346
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	11.830		(11.830)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(54.220)		(59.771)	(113.991)
Transferência entre reservas			191.896		(191.896)	
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	11.830		125.846		(251.667)	(113.991)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>353.617</b>	<b>2.194</b>	<b>545.512</b>	<b>(33.405)</b>		<b>867.918</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 21.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>353.617</b>	<b>2.194</b>	<b>545.512</b>	<b>(33.405)</b>		<b>867.918</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					290.377	290.377
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos				(21.622)	(21.622)	(21.622)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				21.622	21.622	-
Total do resultado abrangente do exercício				(21.622)	290.377	268.755
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	6.292		(6.292)			-
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(179.312)		(71.377)	(250.689)
Transferência entre reservas			219.000		(219.000)	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	6.292	-	33.396	-	(290.377)	(250.689)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>359.909</b>	<b>2.194</b>	<b>578.908</b>	<b>(55.027)</b>	<b>-</b>	<b>885.984</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	423.347	361.639
<b>Ajustes</b>		
Amortizações do intangível e diferido	101.946	98.556
Resultado na baixa do intangível	(73)	285
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.547	65.246
	575.767	525.726
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(81.855)	11.351
Tributos a recuperar e diferidos	102.998	110.887
Estoques	(182)	(292)
Créditos restituíveis	(853)	(381)
Outros ativos	3.364	11.465
Fornecedores	67.332	(51.288)
Obrigações trabalhistas	74	1
Tributos a recolher	(125.384)	(128.367)
Partes relacionadas	1.014	(90)
Obrigações com fundo de pensão	4.567	1.275
Outros passivos	18.131	3.110
	(10.794)	(42.329)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	564.973	483.397
Juros pagos	(51.111)	(74.420)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(107.683)	(95.714)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(5.821)	(5.336)
	(164.615)	(175.470)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	400.358	307.927
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do ativo intangível	(153.929)	(109.686)
Recebimento de venda de ativo intangível	350	226
Aplicações financeiras	-	2.060
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(153.579)	(107.400)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimo	(280.534)	(358.703)
Ingressos de empréstimo	250.076	190.032
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(233.263)	(78.532)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(263.721)	(247.203)
<b>Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(16.942)	(46.676)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	48.807	95.483
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)</b>	<b>31.865</b>	<b>48.807</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	2012	2011
<b>Receitas</b>		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	3.245.682	2.818.708
Outras receitas operacionais	8.548	11.078
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	5.233	(11.688)
	3.259.463	2.818.098
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.889.328)	(1.523.682)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(488.280)	(467.672)
	(2.377.608)	(1.991.354)
<b>Valor adicionado bruto</b>	881.855	826.744
<b>Retenções</b>		
Amortização	(101.946)	(98.556)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	779.909	728.188
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	35.476	32.904
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>815.385</b>	<b>761.092</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Remuneração direta	47.181	46.110
Benefícios	16.045	13.748
Honorários da diretoria	7.881	4.183
	71.107	64.041
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	241.552	223.034
Estaduais	117.998	110.236
Municipais	1.788	1.595
	361.338	334.865
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	89.691	108.376
Aluguéis	2.872	2.143
	92.563	110.519
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	41.513	42.566
Dividendos propostos	243.996	196.517
Lucros retidos	4.868	12.584
	290.377	251.667
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>815.385</b>	<b>761.092</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- Dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;

- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.
- A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.12 e 15).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2013.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quanto aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **2.2 Apresentação de informação por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

## 2.3 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Em 31 de dezembro de 2012, não existem operações em moeda estrangeira na Companhia.

## 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

## 2.5 Ativos financeiros

### 2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

#### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto os instrumentos derivativos associados à operação de empréstimos de longo prazo, os quais são classificados como ativo não circulante.

## **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

## **(c) Investimentos mantidos até o vencimento**

São, basicamente, os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, não existem investimentos mantidos até o vencimento na Companhia.

### **2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

### **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge***

Os derivativos financeiros contratados pela Companhia são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia não possuía operações em aberto classificadas como "*hedge*".

A política adotada para a contratação das operações de derivativos está descrita na Nota 4.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado nas Notas 4.3 e 18.

## **2.8 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou “*impairment*”), considerando os critérios descritos na Nota 2.6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

## 2.9 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

## 2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 14).

## 2.12 Ativos intangíveis

### (i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 15).

### (ii) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

### **(iii) Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 15).

## **2.13 Diferido**

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 16).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

## **2.14 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2012.

## **2.15 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.18 Benefícios a funcionários

### (a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

#### **(b) Outras obrigações pós-aposentadoria**

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### **(c) Participação nos lucros**

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### **2.19 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### **2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

### **2.21 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **(a) Venda de gás**

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

### **(b) Venda de mercadorias**

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

### **(c) Venda de serviços**

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

### **(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **(e) Cessão de crédito**

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

## **2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

A seguinte nova interpretação de norma foi emitida, mas não está em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### **(a) Reconhecimento da receita de venda de gás**

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 157.153,00 (R\$ 79.257,00 em 31 de dezembro de 2011).

##### **(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

##### **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais**

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

##### **(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 25.919,00 (R\$ 24.468,00 em 31 de dezembro de 2011).

##### **(e) Vida útil do ativo intangível**

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

#### **(f) Provisão para contingência**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

#### **(g) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2012, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima e na Nota 18.

##### (ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### (iii) Derivativos (Deliberação CVM nº550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

#### Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

*Swaps* – são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swaps" - curto prazo										
<b>Posição ativa</b>										
Moeda estrangeira		5.733		5.683						
<b>Posição passiva</b>										
Varição do CDI		5.391		5.380		343		40	(566)	

As operações com swap existentes em 31 de dezembro de 2011 foram liquidadas no exercício 2012.

## (b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

## (c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Fornecedores	267.550			
Empréstimos e financiamentos	181.770	204.528	124.296	18.573
Contas a pagar - assunção de dívida	11.128	8.669	17.295	
Contas a pagar - partes relacionadas	60			
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Fornecedores	198.799			
Empréstimos e financiamentos	225.594	191.890	147.059	26.936
Contas a pagar - assunção de dívida	11.389	8.731	27.821	
Contas a pagar - partes relacionadas	74			

### Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	461.511	496.055
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(31.865)	(48.807)
Dívida líquida	429.646	447.248
Total do patrimônio líquido	885.984	867.918
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>	<b>1.315.630</b>	<b>1.315.166</b>
Índice de alavancagem financeira - %	33	34

O índice de alavancagem financeira se manteve estável em comparação ao ano anterior, fruto da manutenção da política de gestão de capital da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

## 4.3 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap. Não foram contratadas no exercício, operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

### (b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

### (c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2012			2011		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	31.865	173.939	(142.074)	48.807	213.374	(164.567)
Não circulante		287.572	(287.572)		282.681	(282.681)
	<b>31.865</b>	<b>461.511</b>	<b>(429.646)</b>	<b>48.807</b>	<b>496.055</b>	<b>(447.248)</b>

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A Companhia contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 18).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

### (d) Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

As operações da Companhia que estão mensuradas ao valor justo referem-se aos instrumentos financeiros derivativos, os quais não são negociados em mercados ativos. O valor justo desses instrumentos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação (nível 2). Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade (vide Nota 4.1(a)(iii)).

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes	381.021		381.021
Caixa e equivalentes de caixa	31.865		31.865
Depósitos Judiciais	71.463		71.463
	<b>484.349</b>		<b>484.349</b>

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		461.511	461.511
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		267.550	267.550
		<b>729.061</b>	<b>729.061</b>

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		343	343
Contas a receber de clientes	299.166		299.166
Caixa e equivalentes de caixa	48.807		48.807
Depósitos Judiciais	59.178		59.178
	<b>407.151</b>	<b>343</b>	<b>407.494</b>

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		496.055	496.055
Instrumentos financeiros derivativos	40		40
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		198.799	198.799
	<b>40</b>	<b>694.854</b>	<b>694.894</b>

## 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 798.289 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	31.865	18.419
Aplicação de liquidez imediata - CDB		30.388
	<b>31.865</b>	<b>48.807</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia concentra suas operações financeiras em instituições da primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa.

## 8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2012	2011
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	211.882	206.570
Do setor público	8.817	7.766
	220.699	214.336
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	154.349	76.836
Do setor público	2.804	2.421
	157.153	79.257
Vendas de equipamentos	3.169	5.573
	<b>381.021</b>	<b>299.166</b>

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação, as tarifas foram atualizadas em janeiro de 2011, pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro do mesmo ano, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Em janeiro de 2012, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,95% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2011, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em junho do mesmo ano, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (2,73%), e do custo de gás obtido através dos leilões de curto prazo. Em virtude da redução do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional, houve redução das tarifas praticadas pela Companhia em setembro de 2012 (-0,53%).

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
<b>A vencer</b>		
Faturado	170.802	158.243
Não faturado	157.153	79.257
<b>Vencidas</b>		
Até três meses	21.258	21.837
De três a seis meses	4.661	7.483
Acima de seis meses	27.147	32.346
	<b>381.021</b>	<b>299.166</b>

A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada abaixo:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	37.198	28.099
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	13.359	15.589
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(23.410)	(6.490)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>27.147</b>	<b>37.198</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

## 9 Tributos a recuperar

	2012	2011
Contribuição Social (a)	758	4.766
ICMS a recuperar (b)	26.387	24.413
Imposto de renda retido na fonte	2.133	2.310
FINSOCIAL (c)	18.573	17.242
Outros	581	395
	48.432	49.126
Circulante	(5.826)	(9.932)
<b>Não circulante - Realizável a longo prazo</b>	<b>42.606</b>	<b>39.194</b>

(a) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 5.578,00 (R\$ 4.603,00 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 2.354,00 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 3.224,00 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 20.809,00, classificados no longo prazo em 2012, (R\$ 19.810,00 em 31 de dezembro de 2011) referentes, principalmente, a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso, cuja contrapartida está registrada na conta de fornecedores (Nota 17). Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo e aguarda a sua conclusão. Por representarem pagamentos realizados a maior, não há possibilidade de perda do ativo.

(c) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a)(ii)).

## 10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### (a) Composição

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.606	92.884
PIS e COFINS diferidos (*)	110	4.453
	<b>102.716</b>	<b>97.337</b>

(\*) Incidentes sobre a receita de retroatividade contabilizada em 2009 e revertida em 2010 (Nota 25.5).

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	2012	2011
Obrigações de fundo de pensão	60.246	36.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.561	7.039
Provisão para contingências	26.749	19.555
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(2.509)	13.974
Fornecedores	7.171	8.399
Outras	7.388	7.358
<b>Ativo não circulante</b>	<b>102.606</b>	<b>92.884</b>

(\*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2012	2011
Ativo regulatório (Nota 25.5)		15.769
Receita de ajuste a valor presente	(725)	(739)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	(1.784)	(1.056)
	<b>(2.509)</b>	<b>13.974</b>

## (b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2011	36.559	7.039	19.555	13.974	8.399	7.358	92.884
Creditado (debitado) nos demonstração do resultado	9.949	(3.478)	(7.194)	(16.483)	(1.228)	30	(4.016)
Creditado (debitado) nos lucros abrangentes	13.738						13.738
Em 31 de dezembro de 2012	<b>60.246</b>	<b>3.561</b>	<b>26.749</b>	<b>(2.509)</b>	<b>7.171</b>	<b>7.388</b>	

## (c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2019, conforme demonstrado a seguir:

2013	12.312
2014	20.521
2015	20.521
2016	20.521
2017	20.521
2018	4.160
2019	4.160
	<b>102.716</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

#### 11 Contas com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas
<b>A receber/pagar</b>					
Gas Natural SDG, S.A.	495	16		13	13.597
CEG Rio S.A.	1.196	1.419		10.630	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	67	44		828	
Gás Natural Serviços S.A.	45			212	
Gás Natural do Brasil S.A.	17			14	1.149
	1.820	1.479		11.697	14.746
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		53.405	170.253		
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.820</b>	<b>54.884</b>	<b>170.253</b>	<b>11.697</b>	<b>14.746</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.429</b>	<b>44.468</b>	<b>166.411</b>	<b>10.819</b>	<b>28.540</b>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

## Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Salários e encargos	3.230	3.164
Honorários de diretoria	7.881	4.183
Participação nos lucros	690	815
Planos de aposentadoria e pensão	90	65
Outros benefícios	345	346
	<b>12.236</b>	<b>8.573</b>

## 12 Demais contas a receber

	2012	2011
Adiantamentos a funcionários	539	754
Cartões corporativos	319	40
Outros devedores (i)(ii)	33.335	51.598
	34.193	52.392
Circulante	(19.054)	(21.672)
<b>Não circulante</b>	<b>15.139</b>	<b>30.720</b>

(i) Refere-se, substancialmente, a contas a receber junto à CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo em 30 de setembro de 2010, registrando a recuperação dos gastos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", tendo em 31 de dezembro de 2012, registrado no ativo o valor de R\$ 16.839,00 (R\$ 20.775 no curto prazo e R\$ 15.582,00 no longo prazo, em 31 de dezembro de 2011) com expectativa de realização a curto prazo. Esse recebível está sendo pago em parcelas mensais com vencimento em outubro de 2013, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

(ii) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,5 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

### 13 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	2012	2011
Aplicação em incentivos fiscais	920	920

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia.

### 14 Depósitos judiciais

	2012	2011
ICMS (a)	2.624	2.462
INSS (a)	15.855	15.061
Processo Administrativo - SRF (b)	5.746	5.441
CIDE (c)	8.213	7.551
Penhora Judicial	11.537	7.860
Trabalhistas	25.244	19.323
Outros	2.242	1.480
	<b>71.463</b>	<b>59.178</b>

(a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 23(a)).

## 15 Intangível

	Servidões de passagem(a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total em operação	Intangível em andamento (c)	Total
Em 1º de janeiro de 2011	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Aquisição			106.847	106.847	2.839	109.686
Baixa líquida			(511)	(511)		(511)
Transferência para intangível em operação		443		443	(443)	
Amortização	(147)	(4.733)	(51.597)	(56.477)		(56.477)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.045</b>	<b>7.668</b>	<b>1.177.426</b>	<b>1.186.139</b>	<b>9.496</b>	<b>1.195.635</b>
Custo total	3.627	65.030	1.831.939	1.900.596	9.496	1.910.092
Amortização acumulada	(2.582)	(57.362)	(654.513)	(714.457)	-	(714.457)
<b>Valor residual</b>	<b>1.045</b>	<b>7.668</b>	<b>1.177.426</b>	<b>1.186.139</b>	<b>9.496</b>	<b>1.195.635</b>
Em 1º de janeiro de 2012	1.045	7.668	1.177.426	1.186.139	9.496	1.195.635
Aquisição			150.749	150.749	3.179	153.928
Baixa líquida			(276)	(276)		(276)
Transferência para intangível em operação		5.843	-	5.843	(5.843)	-
Amortização	(147)	(4.804)	(55.696)	(60.647)		(60.647)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>898</b>	<b>8.707</b>	<b>1.272.203</b>	<b>1.281.808</b>	<b>6.832</b>	<b>1.288.640</b>
Custo total	3.627	70.873	1.982.412	2.056.912	6.832	2.063.744
Amortização acumulada	(2.729)	(62.166)	(710.209)	(775.104)	-	(775.104)
<b>Valor residual</b>	<b>898</b>	<b>8.707</b>	<b>1.272.203</b>	<b>1.281.808</b>	<b>6.832</b>	<b>1.288.640</b>
Taxas anuais de amortização (%)	6,7 e 5,0	20	Diversas			

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.
- (c) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

Contratos de concessão												
	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação	Obras em andamento (d)	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2011</b>	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Aquisição				1.479	822	412	1.264	11.042	69	15.088	91.759	106.847
Baixa líquida					(5)	(2)	(162)	(342)		(511)	(53.083)	(511)
Transferência para intangível em operação			637					52.446		53.083		
Amortização		(458)	(32)	(3.234)	(1.403)	(460)	(1.218)	(44.601)	(191)	(51.597)		(51.597)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.891</b>	<b>5.844</b>	<b>979</b>	<b>20.221</b>	<b>2.632</b>	<b>3.035</b>	<b>3.402</b>	<b>1.029.145</b>	<b>151</b>	<b>1.067.300</b>	<b>110.126</b>	<b>1.177.426</b>
Custo total	1.891	29.669	10.551	10.7627	20.987	10.239	11.153	1.528.448	1.248	1.721.813	110.126	1.831.939
Amortização acumulada		(23.825)	(9.572)	(87.406)	(18.355)	(7.204)	(7.751)	(499.303)	(1.097)	(654.513)		(654.513)
<b>Valor residual</b>	<b>1.891</b>	<b>5.844</b>	<b>979</b>	<b>20.221</b>	<b>2.632</b>	<b>3.035</b>	<b>3.402</b>	<b>1.029.145</b>	<b>151</b>	<b>1.067.300</b>	<b>110.126</b>	<b>1.177.426</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2012</b>	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300	110.126	1.177.426
Aquisição				1.590	1.302	497	1.121	12.826	1.225	18.561	132.188	150.749
Baixa líquida						(8)	(21)	(247)		(276)	(115.853)	(276)
Transferência para intangível em operação			1.019					114.834		115.853		
Amortização		(443)	(90)	(2.916)	(1.186)	(480)	(1.325)	(49.029)	(227)	(55.696)		(55.696)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.891</b>	<b>5.401</b>	<b>1.908</b>	<b>18.895</b>	<b>2.748</b>	<b>3.044</b>	<b>3.177</b>	<b>1.107.529</b>	<b>1.149</b>	<b>1.145.742</b>	<b>126.461</b>	<b>1.272.203</b>
Custo total	1.891	29.669	11.570	109.217	22.289	10.728	12.253	1.655.861	2.473	1.855.951	126.461	1.982.412
Amortização acumulada	-	(24.268)	(9.662)	(90.322)	(19.541)	(7.684)	(9.076)	(548.332)	(1.324)	(710.209)	-	(710.209)
<b>Valor residual</b>	<b>1.891</b>	<b>5.401</b>	<b>1.908</b>	<b>18.895</b>	<b>2.748</b>	<b>3.044</b>	<b>3.177</b>	<b>1.107.529</b>	<b>1.149</b>	<b>1.145.742</b>	<b>126.461</b>	<b>1.272.203</b>
Taxas anuais de depreciação (%)		4	3,3 a 20	10 e 20	20	10	20	3,3	Diversas			

(d) A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 72.13 (R\$ 7.885 em 31 de dezembro de 2011) à taxa média de 9,98% (13,32% em 31 de dezembro de 2011).

## 16 Diferido

	Conversão	Captação de clientes	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2011	92.922	105.080	155	198.157
Amortização	(21.940)	(20.052)	(87)	(42.079)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>70.982</b>	<b>85.028</b>	<b>68</b>	<b>156.078</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(166.737)	(115.892)	(1.041)	(283.670)
<b>Valor residual</b>	<b>70.982</b>	<b>85.028</b>	<b>68</b>	<b>156.078</b>
Em 1º de janeiro de 2012	70.982	85.028	68	156.078
Amortização	(21.679)	(19.567)	(53)	(41.299)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>49.303</b>	<b>65.461</b>	<b>15</b>	<b>114.779</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(188.416)	(135.459)	(1.094)	(324.969)
<b>Valor residual</b>	<b>49.303</b>	<b>65.461</b>	<b>15</b>	<b>114.779</b>
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.

Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

## 17 Fornecedores

	2012	2011
De gás	216.858	148.892
De materiais	8.912	7.137
De serviços	40.361	42.770
	<b>266.131</b>	<b>198.799</b>

## 18 Empréstimos e financiamentos

A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap (Nota 4) são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

	2012	2011
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Financiamentos	223.658	216.541
Linhas de crédito	237.853	279.514
	<b>461.511</b>	<b>496.055</b>
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	173.939	213.374
Não circulante - exigível a longo prazo	287.572	282.681
	<b>461.511</b>	<b>496.055</b>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data. As operações com derivativos, quanto aplicáveis, são ajustadas contabilmente com MTM (mark-to-market) dos mesmos.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	2012		2011	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<b>(a) Em moeda nacional</b>						
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	17.310		18.712	16.667
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%			21.286	
Banco HSBC S.A.		100%	50.831		1.234	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.029	30.000	31.505	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		53.405	170.253	44.394	166.411
Banco Santander S.A.		100%		42.067	43.101	
ING Bank		100%	51.364		47.406	49.603
Banco do Brasil S.A.		100%		45.252		
			173.939	287.572	207.638	282.681
<b>(b) Em moeda estrangeira</b>						
European Investment Bank - BEI	100%				5.736	
					5.736	
<b>Total empréstimos e financiamentos (**)</b>			<b>173.939</b>	<b>287.572</b>	<b>213.374</b>	<b>282.681</b>

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(\*\*) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2012 com um custo médio de captação de 113% do CDI (103,8 % em 31 de dezembro de 2011).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.
- (iii) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos – BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possuía prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos foram calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e tem “swap” para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização

dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias foram prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, tiveram, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuíam vencimento em março de 2012, data em que foi liquidada a referida operação bem como a respectiva garantia.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 129,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2012	2011
2013		163.098
2014	180.500	52.126
2015	52.768	41.714
2016	22.422	11.366
2017	20.136	9.080
2018	11.746	5.297
	<b>287.572</b>	<b>282.681</b>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

## 19 Tributos a recolher

	2012	2011
Imposto de renda a pagar	59.765	45.615
ICMS	18.563	16.792
PIS	1.389	1.230
COFINS	6.396	5.667
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (i)		8.410
Outros	6.441	7.254
	92.554	84.968
Circulante	(92.460)	(82.410)
<b>Não circulante - Exigível a longo prazo</b>	<b>94</b>	<b>2.558</b>

- (i) Em 2010, a Companhia confirmou a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e concluiu os estudos para a identificação dos tributos que estavam em discussão a fim de incluí-los no referido programa (Nota 23(a)(ii)). O montante em questão foi integralmente quitado em 2012.

## 20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	423.347	423.347	361.639	361.639
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(105.837)	(38.101)	(90.410)	(32.548)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	10.378	3.736	10.641	3.831
Adições Permanentes	(1.122)	(404)	(1.399)	(504)
Incentivos Fiscais	184		107	
Outros	(1.327)	(477)	239	71
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(97.724)	(35.246)	(80.822)	(29.150)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23%</b>	<b>8%</b>	<b>22%</b>	<b>8%</b>

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

## 21 Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	<b>100,00</b>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de abril de 2012 e 29 de abril de 2011, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 6.292,00 e R\$ 11.830,00, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

## 21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Total		
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>						
Lucro líquido do período	54.528	310.918	54.220	419.666	(13.084)	251.667
Reserva legal	12.584			12.584		(12.584)
Perda atuarial de fundo de pensão						(28.190)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						7.869
Aumento de capital		(11.830)		(11.830)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2010			(54.220)	(54.220)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(42.566)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório						(17.205)
Dividendos propostos a aprovar			179.312	179.312		(179.312)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(20.321)	20.321
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>						
Lucro líquido do período	67.112	299.088	179.312	545.512	(33.405)	290.377
Reserva legal	4.868			4.868		(4.868)
Perda atuarial de fundo de pensão						(35.360)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						13.738
Aumento de capital		(6.292)		(6.292)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2011			(179.312)	(179.312)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(41.513)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório						(29.864)
Dividendos propostos a aprovar			214.132	214.132		(214.132)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(21.622)	21.622
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>71.980</b>	<b>292.796</b>	<b>214.132</b>	<b>578.908</b>	<b>(55.027)</b>	<b>-</b>

### (a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

### (b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, no ano de 2012 não foi constituída a reserva de expansão.

### (c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2012	2011
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	290.377	251.667
Constituição da reserva legal	(4.868)	(12.584)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>285.509</b>	<b>239.083</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>71.377</b>	<b>59.771</b>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	41.513	42.566
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	29.864	17.205
Destinação a aprovar	214.132	179.312
<b>Total</b>	<b>285.509</b>	<b>239.083</b>
<b>Percentual sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2011 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de

dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 5.676,00 (R\$ 5.821,00 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 179.312,00, representado por R\$ 3,453 por ação do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 54.220,00, representado por R\$ 1,044, por ação do capital social.

## 22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2012, superávit acumulado de R\$ 90.958 (R\$ 59.647,00 em 31 de dezembro de 2011) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208,00 está sendo paga em dia.

	2012	2011
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	74	85
Inativos	1.078	1.077
	<b>1.152</b>	<b>1.162</b>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

### Planos de benefícios

#### (i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

**Contribuição normal** - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

**Contribuição especial** - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208,00 (valor original), junto ao plano de pensão Gadius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

#### **(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990**

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

#### **(iii) Prêmio aposentadoria**

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

#### **(iv) Plano de saúde para aposentados**

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	2012	2011
Fundo de pensão (Gadius)	2.017	1.941
Assistência médica	3.923	3.237
	<b>5.940</b>	<b>5.178</b>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2012	2011
Plano de benefícios - GASIUS	33.334	41.651
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.520	5.870
Prêmio aposentadoria	2.273	1.695
Assistência médica para aposentados	133.144	99.866
	175.271	149.082
Circulante	(10.811)	(11.054)
<b>Não circulante</b>	<b>164.460</b>	<b>138.028</b>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	149.082	127.486
Custo do serviço corrente	323	1.226
Juros sobre obrigações atuariais	45.573	7.941
Rendimento esperado dos ativos do plano	(37.730)	
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	33.220	23.944
Benefícios pagos	(940)	(1.010)
Contribuições de patrocinadores	(5.940)	(4.067)
Pagamentos confissão de dívida	(10.511)	(9.970)
Juros confissão de dívida	2.194	3.532
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>175.271</b>	<b>149.082</b>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2010	278.762	5.540	1.554	70.697
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172
Juros sobre obrigações atuariais	28.857	559	155	8.827
Contribuições participantes	2.054			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	17.854	566	147	23.237
Benefícios pagos	(22.016)	(795)	(215)	(4.067)
Em 31 de dezembro de 2011	304.889	5.870	1.695	99.866
Custo do serviço corrente	(999)		53	1.269
Juros sobre obrigações atuariais	33.580	627	188	11.178
Contribuições participantes	2.069			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	48.775	831	467	24.754
Benefícios pagos	(24.570)	(808)	(130)	(3.923)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>363.744</b>	<b>6.520</b>	<b>2.273</b>	<b>133.144</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2010	277.162	
Rendimento esperado	31.211	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(2.496)	
Contribuições da patrocinadora	11.883	4.067
Contribuições dos participantes	2.053	
Benefícios pagos	(22.016)	(4.067)
Em 31 de dezembro de 2011	297.797	
Rendimento esperado	37.729	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	13.658	
Contribuições da patrocinadora	12.547	4.766
Contribuições dos participantes	2.069	
Benefícios pagos	(24.570)	(4.766)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>339.230</b>	

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	199.049
Fundos de investimento de renda fixa	58.075
Títulos privados	10.441
	267.565
Títulos de renda variável	53.558
Investimento imobiliário	16.520
Outros ativos	746
	<b>338.389</b>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2012	2011
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	363.744	304.889
Valor justo dos ativos do plano	(339.231)	(297.797)
Déficit (superávit)	24.513	7.092
Limite assunção de dívida (*)	(24.513)	(7.092)
Assunção de dívida GASIUS	33.334	41.651
<b>Passivo líquido</b>	<b>33.334</b>	<b>41.651</b>

(\*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2012	2011
Benefício especial de aposentadoria		
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>6.520</b>	<b>5.870</b>
Prêmio aposentadoria		
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>2.273</b>	<b>1.695</b>
Assistência médica a aposentados		
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>133.144</b>	<b>99.866</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2011				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172	604
Juros sobre obrigações atuariais	(978)	559	155	8.827	8.563
	<b>(1.600)</b>	<b>559</b>	<b>209</b>	<b>9.999</b>	<b>9.167</b>
<b>Resultado abrangente</b>	<b>5.046</b>	<b>476</b>	<b>262</b>	<b>22.406</b>	<b>28.190</b>

	2012				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(999)	-	53	1.269	323
Juros sobre obrigações atuariais	33.580	627	188	11.178	45.573
Rendimento esperado dos ativos do plano	(37.730)				(37.730)
	<b>(5.149)</b>	<b>627</b>	<b>241</b>	<b>12.447</b>	<b>8.166</b>
<b>Resultado abrangente</b>	<b>9.307</b>	<b>832</b>	<b>468</b>	<b>24.753</b>	<b>35.360</b>

Em 2012, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 8.166,00 (R\$ 9.167,00 em 2011). Deste valor, um total de R\$ 4.861,00 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 4.272,00 em 2011), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 3.305 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 4.895,00 em 2011).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2012 seria impactado em R\$ 18.143,00 (R\$ 13.143,00 em 31 de dezembro de 2011).

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	4,1% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	4,1% a.a.
Crescimentos salariais futuros	2,1% a.a.
Inflação	5,5 a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

## 23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2012	2011
Tributárias	10.002	9.366
Trabalhistas	38.557	33.422
Cíveis	22.226	14.727
	<b>70.785</b>	<b>57.515</b>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	57.515
Adições	19.162
Baixas/reversões	(13.993)
Atualizações monetárias	8.101
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>70.785</b>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, à CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 8.213,00 (R\$ 7.551,00 em 31 de dezembro de 2011) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 14(c)).

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2012	2011
Esfera		
Estadual	1.688	1.717
Federal	8.314	7.649
	<b>10.002</b>	<b>9.366</b>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis e prováveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 116.403,00 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 43.994,00 em 31 de dezembro de 2011).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 seria de R\$ 11.835,00 (R\$ 11.183,00 em 31 de dezembro de 2011).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 seria de R\$ 6.997,00 (R\$ 6.805,00 em 31 de dezembro de 2011).

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 seria de R\$ 9.861,00 (R\$ 9.460,00 em 31 de dezembro de 2011).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão é de R\$ 71.455,00.

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549,00. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2012, seria de R\$ 361.847,00 (R\$ 341.638,00 em 31 de dezembro de 2011) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

## (ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126,00, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613,00

(transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410,00 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 19) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 18.573,00 (R\$ 17.242 em 31 de dezembro de 2011), relativo aos valores recolhidos a maior está registrado na conta "Tributos a Recuperar" (Nota 9), atualizados com base na variação da Taxa Referencial de Juros - TR.

### (b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2012	2011
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	178	197
Ex-empregados terceiros	1.471	1.651
Outros (Ministério Público, INSS)	32	32
	<b>1.681</b>	<b>1.880</b>

O saldo das provisões para processos trabalhistas aumentou de R\$ 33.422,00 em dezembro de 2011 para R\$ 38.557,00 em 31 de dezembro de 2012 (acréscimo de 15,36%). Este aumento deve-se à reavaliação de processos e mudança de risco.

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2012	2011
Ex-empregados CEG	7.602	7.633
Ex-empregados terceiros	30.955	25.789
	<b>38.557</b>	<b>33.422</b>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 75.047,00 (R\$ 61.486,00 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

### (c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 4.700,00 que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.804,00.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável no montante de R\$15.722,00 que não apresentam individualmente relevância.

## 24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termoeletrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Margem por segmento 2012							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	
Volumes m³ mil (Não auditada)	113.446	88.222	676.167	1.460.754	803.909			3.142.498
Receita Bruta	562.103	251.604	735.971	678.021	844.658	130.119	43.205	3.245.681
Deduções	(119.125)	(53.761)		(3.390)	(182.816)		(6.206)	(509.848)
Receita Líquida	442.978	197.843	591.421	674.631	661.842	130.119	36.999	2.735.833
Custo	(69.284)	(55.339)		(618.534)	(557.962)	(130.119)	(12.117)	(1.889.328)
Resultado Bruto	373.694	142.504	145.448	56.097	103.880	-	24.882	846.505
Despesas/Receitas Operacionais								(423.158)
Resultado antes da Tributação								423.347
Provisão p/IR e Contribuição social								(132.970)
Lucro líquido do exercício								290.377

Segmentos	Margem por segmento 2011							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	
Volumes m³ mil (Não revisado)	114.943	83.505	778.946	645.562	796.230			
Receita Bruta	527.492	237.002	807.747	293.383	832.264	88.765	32.055	
Deduções	(112.697)	(49.667)	(165.970)	(1.485)	(180.132)		(4.704)	(514.655)
Receita Líquida	414.795	187.335	641.777	291.898	652.132	88.765	27.351	
Custo	(65.282)	(50.943)	(504.442)	(256.879)	(550.552)	(88.765)	(6.819)	
Resultado Bruto	349.513	136.392	137.335	35.019	101.580		20.532	780.371
Despesas/Receitas Operacionais								(418.732)
Resultado antes da Tributação								361.639
Provisão p/IR e Contribuição social								(109.972)
Lucro líquido do exercício								251.667

(\*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Receitas de serviços	30.156	23.254
Receitas de serviços taxados	3.435	2.429
Receita de alugueis	296	397
Receita de MRV (Nota 25.2)	9.318	5.975
	43.205	32.055

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

## 25 Compromissos e contingências

### 25.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de agosto de 2012 foi celebrado o termo aditivo nº 8 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de descontração parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2017.

Com a efetivação do termo aditivo nº 8, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a dezembro de 2012, e de 5,83 milhões de metros cúbicos por dia, a partir de janeiro de 2013, findando em dezembro de 2019, com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 82% da QDC - compromisso Take or Pay para o ano de 2012 e 80% para o período de 2013 a 2019. Embora os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação não há previsão de pagamento de TOP no final de 2012.

## **25.2 Realocação de volumes**

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores (MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados respectivamente e nessa ordem: para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o de GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

Em 2012, os volumes realocados entre as concessionárias foram de 17,2 mil metros cúbicos, referentes a volumes excedentes de curto prazo e de longo prazo.

## **25.3 Compromisso com Poder Concedente**

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Concessionária assumiu o compromisso de expandir o serviço de fornecimento de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão do Plano de Investimentos da Companhia de 2007, através do Estudo Básico de Expansão de Rede apresentado ao final de 2009, autorizando o atendimento dos municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido - GNC, e concedendo novo prazo, até 2012.

O município de Guapimirim já está sendo atendido com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento do compromisso assumido em 2004, porém ainda está em estudo à ampliação do atual abastecimento através de rede de média e baixa pressão ou através de GNC, conforme o Estudo Básico de Expansão de rede enviado à AGENERSA e ao Governo do Estado.

O município de Maricá, cujo compromisso de abastecimento foi assumido em 2005, já vem sendo atendido por meio de GNC, também em conformidade com o Estudo Básico de Expansão de rede, sendo também mantido o estudo para o abastecimento através de rede de média pressão de polietileno.

O Estudo Básico de Expansão de Rede também prevê o abastecimento por meio de GNC no município de Mangaratiba, cujo compromisso de abastecimento também foi assumido em 2005.

#### **25.4 Revisão tarifária**

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (3ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 06 de dezembro de 2012, a AGENERSA, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 718/2012, solicitou a esta Concessionária o envio de informações adicionais necessárias para o desenvolvimento dos estudos da 3ª Revisão Quinquenal Tarifária. Diante de tal solicitação, conforme estabelecido no §13º da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, o prazo para análise do processo da referida revisão tarifária fica suspenso.

A AGENERSA, até a presente data, não se manifestou quanto à proposta entregue.

#### **25.5 Ativo regulatório**

Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade do resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, publicada em 30 de abril de 2009, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644,00, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado na medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

#### **25.6 Termo de compromisso**

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período

de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em março de 2012, foi assinado pelo Ministério Público, Prefeitura do Rio de Janeiro e CEG, o 1º Aditivo ao Termo de Compromisso celebrado em 28 de julho de 2011, estabelecendo procedimentos para a recomposição, recapeamento e restauração do pavimento asfáltico em vias públicas que forem objeto de obras realizadas pela Companhia, visando garantir as condições originais do pavimento, principalmente, nos logradouros já abrangidos pelo projeto "Asfalto Liso". O descumprimento da obrigação assumida no referido termo aditivo, resulta em aplicação de multa à Companhia por parte do poder concedente. Pelo cumprimento integral do acordo, até a presente data, não foram imputadas penalidades a Companhia.

## 25.7 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

## 26 Serviços e outros gastos gerais

	2012	2011
Serviços de manutenção	24.015	19.081
Serviço de profissionais independentes e contratados	92.656	78.542
Gastos gerais de escritório	3.107	2.968
Viagens e estadas	3.233	3.107
Aluguéis	2.872	2.143
Propaganda e publicidade	12.133	9.455
Despesas empresas do grupo	6.889	8.742
Perdas e recuperação de créditos	(5.232)	11.688
Provisões (reversões de provisões)	5.503	(15.319)
	<b>145.176</b>	<b>120.407</b>

## 27 Outras despesas (receitas) líquidas

	2012	2011
Ganho na venda de equipamentos	294	9
Impostos e taxas	(16.887)	(16.456)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	73	(285)
Indenização a terceiros	(6.485)	(9.397)
Despesa com impostos	(904)	(4.846)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.218)	(3.373)
	<b>(26.127)</b>	<b>(34.348)</b>

## 28 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.508	5.421
Atualizações monetárias e cambiais ativas	8.582	7.805
Receita de juros e encargos	22.305	17.757
Outras receitas financeiras	1.081	1.921
	35.476	32.904
Despesas financeiras		
Comissões	(528)	(509)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(51.827)	(70.415)
IOF	(2.360)	(1.988)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(8.946)	(9.099)
Fiança bancária	(16.533)	(15.313)
Outras despesas financeiras	(2.503)	(3.166)
	(82.697)	(100.490)
	(47.221)	(67.586)

## 29 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998,00. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vincendos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

### 30 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	333.800
Responsabilidade civil geral (*)	169.900
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	3.708

(\*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.



